

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DA CODEVASF (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA) DA 8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2021  
PROCESSO Nº 59580001002202118

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, EM MUNICÍPIOS DIVERSOS INSERIDAS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA CODEVASF, NO ESTADO DO MARANHÃO, EM UM TOTAL DE 1.250KM.

IBIZA CONSTRUTORA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.000.710/0001-35, com sede localizada à Avenida Comercial, s/n, Quadra 01, Lote 05, Box 36, Vila Goiandy, CEP.: 75.345-000, na cidade de Abadia de Goiás, endereço eletrônico: orcamento@ibizaconstrutora.com.br, neste ato devida e regularmente representada por seu sócio administrador na forma do contrato social, que abaixo assina, aqui qualificada como licitante, vem, respeitosa e tempestivamente à presença de Vossa Senhoria, aqui qualificada como licitante, empresa participante do Pregão Eletrônico do Edital nº 20/2021, vem perante Vossa Senhoria interpor o presente

#### RECURSO ADMINISTRATIVO

contra a decisão proferida pelo (a) pregoeiro (a) oficial que CLASSIFICOU (DE FORMA CONDICIONADA A AJUSTES NO DESCONTO) e HABILITOU a empresa MACHADO & BARBOSA EMPREENDIMENTOS LTDA., pelas razões fáticas e de direito que abaixo expõe.

#### I- DA TEMPESTIVIDADE;

De conformidade com a "Ata de Realização do Pregão Eletrônico nº 20/2021" o prazo de 03 (três) dias para a interposição das razões do recurso administrativo contra a decisão proferida pelo (a) pregoeiro (a) que CLASSIFICOU (DE FORMA CONDICIONADA A AJUSTES NO DESCONTO) e HABILITOU a empresa MACHADO & BARBOSA EMPREENDIMENTOS LTDA., deu-se início em 18.01.2022 (3ª feira) e término em 20.01.2022 (5ª feira).

Portanto, considerando o tríduo estabelecido pelo art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002 e art. 44, §1º do Decreto Federal nº 10.024/2019, tempestiva está a presente peça recursal.

Requer, assim, sua admissibilidade. No mérito, requer o provimento, em atenção aos fatos e fundamentos que abaixo se expõe.

#### II- DOS FATOS;

Trata-se do presente caso do certame licitatório promovido através do Edital do Pregão Eletrônico nº 20/2021, pelo órgão licitador da CODEVASF, 8ª Superintendência Regional do Maranhão, cujo objeto consiste na "Execução de Recuperação de Estradas Vicinais, em municípios diversos inseridos na área de atuação da Codevasf, no Estado do Maranhão".

Iniciada a sessão em dezembro do ano de 2021, participaram as empresas Marauto Empreendimentos e Construções Eireli, Lucena Infraestrutura Eireli, AGR Botelho Engenharia Ltda, Machado & Barbosa Empreendimentos Ltda, Ibiza Construtora Ltda, Construtora Capitólio Eireli, Engenfort Construtora e Empreendimentos Ltda e Mobicon Construtora Ltda.

Uma vez ocorridos os lances apresentaram as empresas classificadas as propostas e documentação de habilitação.

Em análise das propostas financeiras e da habilitação técnica das empresas, a saber: Machado & Barbosa Empreendimentos Ltda, Construtora Capitólio Eireli, Lucena Infraestrutura Eireli, Marauto Empreendimentos e Construções Eireli e Engenfort Construtora e Empreendimentos Ltda, foram todas elas inabilitadas, sendo que para a empresa Ibiza Construtora Ltda, não havia enviado a proposta ajustada, tornando-a desclassificada, e a Mobicon Construtora Ltda por não ter enviado a proposta também fora desclassificada.

Dessa maneira, a licitação resultou em fracassada.

Abertas as intenções recursais foram apresentadas pelas empresas Ibiza Construtora Ltda., Engenfort Construtora e Empreendimentos Ltda., Machado & Barbosa Empreendimentos Ltda. e Marauto Empreendimentos e Construções Eireli.

Procedendo-se na reanálise da "proposta financeira e da habilitação técnica" o pregoeiro proferiu nova decisão, colocando-se em primeiro lugar a empresa Machado & Barbosa Empreendimentos Ltda, habilitando-a, mais precisamente do item 8.1.3.3 do TR, concluindo, ao final, que "sua classificação ficará condicionada aos ajustes a serem feitos nos descontos ofertados pela licitante".

Eis aí a contrariedade da ora Recorrente Ibiza Construtora Ltda., a saber: na habilitação da licitante Machado & Barbosa Empreendimentos Ltda. por entender o pregoeiro que ela havia comprovado nos itens 8.1.3 do Termo de Referência do Edital nº 20/2021, bem como dos termos proferidos na decisão de que a "classificação ficará condicionada aos ajustes feitos nos descontos ofertados pela licitante".

III) DA NÃO COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL; ATESTADOS APRESENTADOS. NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 8.1.3.3 DO EDITAL PELA EMPRESA MACHADO & BARBOSA EMPREENDIMENTOS LTDA.

Ao contrário do que quis ser fazer entender o (a) Pregoeiro (a) a empresa licitante Machado & Barbosa Empreendimentos Ltda. NÃO comprovou as exigências editalícias, em especial do item 8.1.3.3, letra "c" do edital nº 20/2021, conforme apresentado no relatório de análise técnica.

Explica-se.

Antes de adentrar-se ao mérito cumpre ressaltar que o Pregoeiro havia analisado a documentação de habilitação e proferiu decisão de que a empresa Machado & Barbosa NÃO havia comprovado a capacidade técnico-operacional, exigência do item 8.1.3.3, letra "c" do edital nº 20/2021, decisão esta que deve permanecer.

Senão vejamos.

O item 8.1.3, mais precisamente o subitem 8.1.3.3 do Edital Pregão Eletrônico nº 20/2021, em seu Termo de Referência, assim determinou:

"8.1.3.3. Define-se como "parcelas de maior relevância e valor significativo" os seguintes serviços e quantitativos mínimos:

- a) Transporte com caminhão basculante = 7.200.000 tkm; E
- b) Regularização de subleito = 3.750.000 m²; E
- c) Compactação de aterros = 1.125.000 m³
- d) Para o cálculo dos quantitativos totais mínimos, é permitida a soma dos quantitativos unitários de vários atestados." Negrito nosso.

Pois bem.

Compulsando a documentação de habilitação pode-se verificar que a empresa Machado & Barbosa Empreendimentos Ltda. apresentou os seguintes atestados, com os quantitativos dos serviços, entre eles "compactação de aterros":

Atestados - CAT Transporte com Caminhão Basculante - Quantitativo Regularização de subleito - Quantitativo Compactação de aterros - Quantitativo

CAT 119128/2021

Departamento Nacional de Obras Secas - DNOCS 4.218.511,73 2.141.616,09 Não Há

CAT 695345/2020 Prefeitura Municipal de Piranhas 1.879.014,60 Não Há 125.267,64

CAT 453032/2021 Departamento Nacional de Obras Secas - DNOCS 1.022.169,39 58.573,20 Não Há

CAT 453020/2021 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA 222.792,00 Não Há Não Há

CAT 688762/2019 - CADEVASF ALAGOAS 559.912,50 2.380.000,00 33.300,00

CAT 2220541715/2021 - Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS 679.218,24 932.865,12 Não Há

CAT 13461/2019 - CODEVASF BAHIA 581.100,00 NÃO HÁ 14.900,00

CAT 440769/2020 - Prefeitura Municipal de Tobias Barreto 469.350,00 NÃO HÁ 44.700,00

CAT 444542/2020 - CODEVASF SERGIPE 175.805,84 32.860,00 795,00

CAT 434469/2019 -

Prefeitura Municipal de Brejo Grande 608.008,58 NÃO HÁ NÃO HÁ

CAT 424539/2017 - Prefeitura Municipal de Brejo Grande 41.526,04 37.988,05 NÃO HÁ

CAT 423941/2017 - Prefeitura Municipal de Poço Redondo 616.588,46 NÃO HÁ NÃO HÁ

CAT 48420/2020 - DNOCS BAHIA NÃO HÁ NÃO HÁ 132.905,23

CAT 423940/2017 -

Prefeitura Municipal de Poço Redondo 491.422,62 NÃO HÁ NÃO HÁ

CAT 424216/2017 - SERAL CONSTRUTORA LTDA 205.160,75 NÃO HÁ NÃO HÁ

CAT 423939/2017 - PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO REDONDO 125.607,60 NÃO HÁ NÃO HÁ

CAT 424538/2017 - G E C Empreendimentos Ltda NÃO HÁ NÃO HÁ Não Há

CAT 434271/2019 - CODEVASF SERGIPE 650.400,00 NÃO HÁ 33.300,00

CAT 453031/2021 - DNOCS 938.669,16 75.660,00 NÃO HÁ

CAT 444266/2020 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA 819.582,60 NÃO HÁ NÃO HÁ

CAT 438391/2019 - INCRA 474.658,80 NÃO HÁ 29.244,94

TOTAL 14.779.498,99 5.659.562,46 414.412,81

Observe-se, Ilustríssimo Pregoeiro, do quadro ilustrativo acima, que a empresa MACHADO & BARBOSA EMPREENDIMENTOS LTDA. em todos os atestados listados supra e apresentados na sua documentação de habilitação apresentou para os serviços de "Compactação de Aterros" o quantitativo de apenas 414.412,81 M³, sendo que o exigido pelo Edital nº 20/2021, no item 8.1.3, subitem 8.1.3.3 o quantitativo mínimo de 1.125.000 m³, ou seja, apresentou a licitante quantitativo inferior ao exigido pelo edital.

Da análise mais básica promovida a partir dos quantitativos retro e referentes ao serviço de "compactação de aterros" pode-se facilmente verificar que é indiscutível de que NÃO houve o cumprimento do item 8.1.3.3, letra "c", do edital nº 20/2021.

Observe-se, Preclaro Pregoeiro, que a decisão proferida no sentido de habilitar a empresa MACHADO & BARBOSA EMPREENDIMENTOS LTDA. não deve prosperar, haja vista que descumpriu os itens 8.1.3.3, letra "c" do Edital nº 20/2021.

#### IV- DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JURÍDICA;

Adentra-se ao fundamento legal e jurídico como forma de arrimar a NÃO comprovação da qualificação técnica operacional da empresa MACHADO & BARBOSA EMPREENDIMENTOS LTDA. e, desse modo, corroborar com a tese de que os serviços exigidos no item 8.1.3.3, letra "c", do Termo de Referência do Edital nº 20/2021 e dos quais foram apresentados pelos atestados.

Sabe-se da melhor doutrina e jurisprudência que a qualificação técnica pode ser comprovada através de certidões ou atestados que comprovem a realização e desempenho de atividade pertinente e compatível, mormente em quantidades. Fato este incoerente no presente caso.

Entretanto, o disposto do art. 30 da Lei nº 8.666/93, aplicado subsidiariamente à Lei nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 10.024/2019, assim determina, in verbis:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - (...)

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos (grifo nosso);

Como se pode observar da consagração legal retro comentado depreende-se que a licitante MACHADO & BARBOSA EMPREENDIMENTOS LTDA. NÃO comprovou nos atestados apresentados que comprovam sua capacidade técnica de obras ou serviços pertinentes e compatíveis em quantidades com o objeto da licitação.

Exatamente isso que aconteceu!.

Logo, possível se nos afigure que a decisão exarada pelo (a) Pregoeiro (a) que habilitou a licitante MACHADO & BARBOSA EMPREENDIMENTOS LTDA. não deve prosperar, pois em total desacordo com o princípio isonômico e da legalidade (em afronta ao disposto do art. 30, II da Lei nº 8.666/93), eis que a finalidade de toda licitação pública é "garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos" (art. 3º, da Lei 8.666/93).

Nesse sentido, oportuno transcrever a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro :

Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei nº 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I).

Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou.

Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital. **Negrito nosso.**

Demais disso, as Orientações e Jurisprudências do Tribunal de Contas da União sobre Licitações e Contratos são bastante elucidativas no que se refere à necessidade de vinculação não só do certame, mas também do próprio contrato e de sua execução ao instrumento convocatório. Vejamos:

Acórdão 1060/2009 Plenário (Sumário):

Vinculação do Contrato ao Ato Convocatório

É obrigatória vinculação do contrato à proposta do contratado e aos termos da licitação realizada, ou aos termos do ato de dispensa ou de inexigibilidade de licitação.

Nos termos do art. 41 da Lei nº 8.666/1993 a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Por derradeiro, importante salientar que, em se tratando de norma constante de Edital, deve haver vinculação ao instrumento convocatório, sob pena de afronta ao próprio princípio da segurança jurídica. Do contrário, seriam permitidas inúmeras alterações dos critérios de julgamento e da própria execução de seu objeto, perpetuando-se total insegurança de seus termos.

V)- DA INCLUSÃO DOS TERMOS DA DECISÃO PROFERIDA.

Ao final do "Relatório da Análise da Proposta Financeira e da Habilitação Técnica Edital nº 20/2021 – Pregão Eletrônico", o Ilustre Pregoeiro assim proferiu a decisão:

"Diante do exposto, levando em consideração as informações acima sobre a proposta financeira da licitante MACHADO & BARBOSA EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 18.153.367/001-00, a conclusão final de sua classificação ficará condicionada aos ajustes a serem feitos nos descontos ofertados pela licitante".

Imerece prosperar mencionada decisão.

Isso porque, primeiro: como se pode observar a decisão se configura em sua total inconclusão, ou seja, não se pode condicionar a classificação por nenhum motivo, devendo a decisão uma vez prolatada ser clara e objetiva no sentido de classificar ou desclassificar, sem qualquer vício de obscuridade, erro, contradição ou omissão.

Segundo, porque houve descumprimento frontal do item 10.9.1 do Edital nº 20/2021, uma vez que não foi aplicado um desconto linear na proposta financeira apresentada pela licitante em todos os itens, razão inclusive da desclassificação da proposta da MACHADO & BARBOSA EMPREENDIMENTOS LTDA na primeira decisão o que não foi corrigido pela empresa até o presente momento.

Terceiro, porque mesmo que assim não fosse, NÃO há que condicionar a decisão de classificação "aos ajustes a serem feitos nos descontos ofertados pela licitante", uma vez que as exigências feitas pelo edital do pregão eletrônico nº 20/2021, sobre as quais se referem à elaboração da proposta financeira não suportam, pelo critério de maior desconto, ajustes, pois, se assim ocorrer, determinados itens dos serviços em que sofrerem "ajustes" correrão grave risco de inexequibilidade. A exemplo disso, tem-se a composição de preços unitários de mão de obra, o que, neste caso, em havendo ajustes no desconto poderá acarretar, como dito, a inexequibilidade, preço bem aquém do permissivo legal.

VI – DOS PEDIDOS;

"EX POSITIS", face às argumentações supra expendidas, requer a Vossa Senhoria:

a)- A SUSPENSÃO do processo do pregão eletrônico nº 20/2021, em conformidade do disposto no art. 109, §2º da Lei 8.666/93, aplicado subsidiariamente à Lei nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 10.024/2019;

b)- a INABILITAÇÃO da empresa licitante MACHADO & BARBOSA EMPREENDIMENTOS LTDA., dado o descumprimento do disposto no edital pregão eletrônico nº 20/2021, mormente subitem 8.1.3.3., letra "c" e 10.9.1 do Edital nº 20/2021, do termo de Referência, haja vista, como já aqui comprovadamente exposto, por não apresentar quantitativo compatível ao exigido para os serviços de "compactação de aterros", em plena afronta do disposto do art. 30, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, bem como seja proferida a decisão de forma clara e objetiva, no sentido de desclassificá-la, mormente inadmissível a concessão de ajustes em desconto, sob pena de inexequibilidade da proposta financeira.

c)- "Ad argumentandum tantum", caso assim não entenda em proceder a Ilma. Autoridade Administrativa, requer-se, nesta hipótese, que o presente recurso seja encaminhado à Douta Autoridade Superior, dando-se consequente provimento ao presente recurso administrativo, nos termos do pedido "b)", supra, na fundamentação já aqui outrora e bem exposta.

Nestes termos,

Pede e Aguarda deferimento !

Goiania/GO, 20 de janeiro de 2022.

Ibiza Construtora Ltda.

Vinicius Costa de Amorim

Fechar